

A IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE RURAL PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SERGIPE

João Ernandes Barreto Nascimento¹
Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes²

Resumo

O objetivo desse trabalho consiste em destacar a relevância da juventude rural e as contradições do desenvolvimento para o fortalecimento da agricultura familiar de Sergipe, ampliando o debate sobre a importância de ações através de políticas públicas para tornar o meio rural mais atraente para a população jovem. Como procedimentos metodológicos, foi realizado levantamento bibliográfico e revisão do material selecionado. Ressalta-se o levantamento informações secundárias no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e no Censo Agropecuário (1985 1995/6 e 2006). Ressalta-se a coleta de dados primários a partir da realização de pesquisas de campo aplicando-se 100 questionários em estabelecimentos rurais sergipanos. Verificou-se que mais de 50% da população rural jovem possui instrução inferior ao ensino fundamental incompleto, fator que acaba dificultando a vida social e econômica desses jovens agricultores, assim como o acesso aos programas do Governo Federal. Torna-se importante buscar estratégias para a fixação do jovem no campo, fornecendo mecanismo como escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para a nova realidade da agricultura familiar brasileira.

Palavras-chave: Juventude Rural, Políticas Públicas e Agricultura Familiar

Introdução

O objetivo desse trabalho consiste em destacar a relevância da juventude rural para o fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe, ampliando o debate sobre a importância de ações através de políticas públicas para tornar o meio rural mais atraente para essa parcela da população. Diante dos desafios da agricultura familiar brasileira, destaca-se a importância do Estado para o fortalecimento e reprodução das unidades familiares, principalmente no caso do Nordeste, o qual a partir de Nascimento, A. (2005), e Mendes (2014), apresenta índices sociais e econômicos preocupantes e que acabam afetando tanto o modo de vida dos agricultores familiares, quanto às condições e estratégias de sobrevivência.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo relacionar questões apresentadas por autores como Piketty (2014) e Sen (2010), sobre as contradições que envolvem a acumulação de capital, assim como as privações substanciais geradas a partir dessas dinâmicas no cenário global respectivamente, relacionando o que autores como Graziano (1997) e

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UESB; email: joaoernandesbarreto@hotmail.com

² Professor adjunto III do departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe/Campus Itabaiana (UFS/ITA); email:marcelomendesufs@gmail.com

Schneider (2007), discutem sobre os novos desafios e demandas para a agricultura familiar brasileira. No caso do Nordeste, autores como Cardoso (2013), Mendes (2014) e Nascimento, C. (2005), podem ser considerados como referências para a análise da pobreza rural, assim como o contexto socioeconômico que interferem na vida das unidades familiares.

No caso do Brasil, com base em Martins (2010), é possível afirmar que, a sua inserção na economia mundo, representou consolidação da relação de poder entre o proprietário de terra e o trabalhador que estabeleceu como elemento de dominação social e política, e no caso do Nordeste, o coronelismo representou a aliança entre as oligarquias nordestinas ao capital do Sul, principalmente. Outro aspecto marcante da formação territorial e economia do Brasil, está atrelado a abolição da escravatura e a proclamação da lei de terras, aonde fica evidente que não era mais interessante para a sociedade capitalista a manutenção da escravidão, e no entanto, os recém “livres” não teriam como ter acesso à terra, se não pela via do trabalho, e assim, se estabeleceu a relação de fidelidade entre os proprietários de terra e os trabalhadores, consolidando o desejo do trabalhador em ter acesso à terra um mecanismo de dominação política e econômica.

Com base em Mendes (2014), é possível afirmar que é importante resgatar e estimular a produção e comercialização, conseqüentemente, geração de renda para a agricultura familiar, caso contrário, os problemas sociais deixarão de ser rurais e aumentarão os urbanos, sendo que a alta parcela da população com baixo nível de instrução, é um fato que acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, assim como, a permanência do jovem, que se depara em um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de maiores oportunidades.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de se estudar o meio rural contemporâneo e as conseqüências das relações sociais pré-estabelecidas a partir da consolidação do sistema capitalista, e assim, buscar estratégias para melhoria das condições de vida das populações rurais, as quais desempenham e ainda exercem um papel relevante na sociedade contemporânea, sendo que, é no uso do espaço rural que o poder econômico se manifesta com maior intensidade, embora o poder político se reflita com mais intensidade nas áreas urbanas, no entanto, para a compreensão da complexidade das relações sociais, não se pode separar esses dois espaços, sendo que eles são vitais para explicar as contradições do sistema econômico vigente e a produção do espaço.

Portanto, a partir do processo de diminuição da população do meio rural brasileiro, é voltada a atenção para a capacitação e fixação do jovem no campo, sendo relevante fornecer mecanismo como escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para a nova realidade da agricultura familiar brasileira, sendo que, o baixo grau de escolaridade é um fator que acaba

dificultando a vida social e econômica desses jovens agricultores, assim como o acesso a alguns programas do Governo Federal.

Procedimentos técnicos e metodológicos

No processo de construção deste trabalho, as reuniões semanais contribuíram para a compreensão da temática abordada, e facilitando o contato com o orientador da pesquisa, através das discussões sobre questões de interesse para o tema abordado, realizadas no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural Regional (GDRR/CNPq/UFS).

Neste período foi realizado levantamento bibliográfico e revisão do material selecionado, proporcionando a compreensão do tema abordado, a partir da leitura voltada para o que autores como, Graziano da Silva (1997) e Schneider (2000 & 2007), Mendes (2014), Nascimento, C.(2005), Lopes (2009) e Nascimento, J. & Mendes (2015), pensam sobre as questões que envolvem as discussões e o debate sobre as novas tendências e desafios presentes na agricultura familiar, no Brasil no Nordeste e em Sergipe, atualmente. Além de pesquisas, realizadas em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e o Censo Agropecuário (1985 1995/6 e 2006). Portanto, torna se relevante, ressaltar a realização de trabalho, para o levantamento de dados primários que pudessem fazer relação com os dados secundários e visualizar a realidade socioeconômica das unidades familiares de Sergipe, com isso, ressalta-se a realização e sistematização de 100 questionários socioeconômicos.

Agricultura familiar e desenvolvimento rural

A partir de Mendes (2014), é possível afirmar que, foi após segunda metade do século XX, impulsionado pelos avanços técnico-científicos, que o espaço mundial tem se reestruturado em ritmo intenso, propiciado pelos avanços tecnológicos e pela integração dos países por meio da integração/desintegração econômica global. Tal progresso tecnológico tem sido o carro-chefe no processo de expansão do sistema capitalista urbano-industrial, que no seu estágio de maturidade se ramifica em direção a novos espaços considerados no primeiro momento como áreas de economia pré-capitalista. Com isto, diante da crise econômica e política enfrentada pelos países centrais a partir da década de 1950, houve uma política de incentivo ao processo de descentralização industrial em direção aos países subdesenvolvidos, como países asiáticos, africanos e latino-americanos, entre eles o Brasil.

Nesse contexto, a agricultura, como parte do processo, foi inserida principalmente no que se refere à produção e consumo. Assim, a partir da inserção da agricultura no mercado capitalista, os efeitos foram a ampliação do desemprego estrutural e da fome em escala global,

pois tal modernização veio beneficiar o grande produtor rural, excluindo deste processo o pequeno produtor que não possuía capital e informação para se inserir nas mudanças da agricultura. Nestes termos, a importância do enfoque da diversificação produtiva no meio rural e sua relevância social tornaram a pluriatividade uma das alternativas para a agricultura familiar nos países centrais e posteriormente na América Latina. A partir do desencadeamento de atividades não-agrícolas no meio rural, as famílias de agricultores tiveram que reestruturar o modo de produzir e de trabalhar, tendo em vista que ao menos um membro da família irá exercer atividade laboral fora da unidade que forma o núcleo familiar.

No caso brasileiro, se for utilizada a concepção da associação entre descentralização industrial e pluriatividade, torna-se necessário entender o contexto histórico-econômico do processo de industrialização e de especialização da agricultura, pois tal processo foi lento e tardio em relação aos países centrais, e principalmente no Nordeste. Portanto, assim como o processo de industrialização difusa, a noção sobre a pluriatividade agrícola processou-se mais intensamente a partir da década de 1990 e, claro de forma desigual e combinada no espaço rural brasileiro.

É consenso entre os principais estudiosos, que a partir do final do século XX, com o surgimento de novas demandas e atividades ocupacionais no meio rural, o agricultor deixa de dedicar-se exclusivamente as atividades agrícolas e passa a diversificar o trabalho dentro da unidade familiar fruto, principalmente, das alterações no mercado de trabalho rural, como é possível afirmar a partir de Garcia (2014), conseqüentemente as políticas públicas passaram a enxergar o meio rural para além da questão agrária, com a ampliação da mão do Estado brasileiro, ou seja, a criação de programas que buscam não apenas desconcentrar a terra, mas também fixar o homem no campo e fortalecer a agricultura familiar brasileira.

Com base em Sen (2010), pode-se afirmar que a pobreza rural é uma das piores formas de privações das liberdades substanciais, assim, não é possível pensar em desenvolvimento sem que haja a superação dessas privações, as quais afetam não apenas a vida econômica, mas também a cultural e a social. O Nordeste pode ser tomado como um importante exemplo dessas formas de privações, quando comparado com o restante do país e principalmente com a região Sul, pois a partir de Cardoso (2013) constata-se que, no decorrer da primeira década dos anos 2000 os recursos do PRONAF foram destinados de maneira concentrada aos agricultores mais capitalizados e organizados, ou seja, os mais pobres e sem racionalidade econômica voltada para a lógica dos mercados permanecem excluídos ou sendo privados do programa. Ao mesmo momento, vale ressaltar que as condições de reprodução das unidades familiares, irão estar

associadas as condições de vida de cada contexto social, no qual as famílias estarão inseridas. Sobre as transformações do rural, é importante afirmar que;

O rural vem se reconfigurando devido as transformações socioespaciais que se despontaram nas últimas décadas, desmistificando a ideia que associava rural, como um modo de vida ultrapassado e o urbano como avançado. Essa análise toma-se como base, as modificações do cenário rural brasileiro, mediante a reestruturação das forças produtivas, bem como o advento da globalização, tendo esta como uma fase do modo de produção capitalista. Essas transformações na dinâmica socioespacial assumem grandes evidências, no período do meio técnico-científico-informacional, mais precisamente no Brasil a partir de 1970. (Rocha & Santos, 2015, p.2).

Nessa perspectiva, que a Pluriatividade surge como um fenômeno marcante do “novo rural brasileiro”, a qual encontra-se ligada e influenciada por fatores socioeconômicos e representa um dos principais elementos que caracterizam a “urbanização do meio rural”. Nessa perspectiva, com base no pensamento de Lefebvre (2001), é possível afirmar-que é praticamente infundada a separação entre o rural e o urbano para aqueles que buscam entender a totalidade das relações sociais e explicar as contradições da sociedade contemporânea;

Não há a menor dúvida de que a separação entre a cidade e o campo mutila e bloqueia a totalidade social; ela depende da divisão do trabalho material e social que encarna, que projeta sobre o território. Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto, compreendendo a as funções de administração e comando (Lefebvre, 2001, p. 50).

Para Schneider (2000), a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, é decorrente do próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. Por isso que torna-se relevante entender as diferenças que ainda existem entre o rural e o urbano brasileiro, mas mesmo assim, é importante compreender que cada vez mais o rural/urbano encontra-se dependente, sendo importante entender que o rural não é mais sinônimo de atraso e pobreza apenas.

Quando Schneider (2000) analisa o caso da América Latina e do Brasil, especificamente, chamando a atenção para o fato de que embora essa parte do mundo corresponda a países subdesenvolvidos, é evidente o crescimento das ocupações em atividades não agrícolas das pessoas com domicílio rural. Sendo assim, cada vez menos se tem pessoas de áreas rurais ligadas apenas a atividades agrícolas, dessa maneira;

(...) essa redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural iniciado na década de 1960. No período recente, especialmente a partir dos anos oitenta, a queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2000, p, 11).

A industrialização faz surgir um novo ator no meio rural, que diversifica as atividades ocupacionais, as quais permitem classificá-lo como agricultor em tempo parcial, e busca cada vez mais está inserido no sistema produtivo, sem abdicar atividades agrícolas em alguns dias da semana. Por outro lado, com base em Abramovay (1990, p.188), a agricultura familiar contemporânea é caracterizada pelo dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a integração aos mercados, no entanto a partir de Sen (2010, p.42 e 43) é possível afirmar que a integração aos mercados pode gerar melhorias nos estilos de vida e ao mesmo tempo exclusão e privações das liberdades de acordo com as oportunidades econômicas de cada contexto socioeconômico, sendo assim, a partir de Mendes (2014) é possível afirmar que, no caso específico do Nordeste, o Estado é um importante agente que poderá romper com as privações das relações sociais, assim como integrar de forma racional os agricultores familiares à lógica dos mercados, entretanto o tradicionalismo e o patrimonialismo podem ser destacados como os principais desafios, para a efetivação de políticas públicas nessa região do país. Com isso, Graziano da Silva (1997) aponta que;

(...) Em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural. Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não agrícolas que vem se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo(...)(GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.12).

Nesses termos, os desafios da agricultura familiar, principalmente no caso do Nordeste, vão além de problemas como a seca, aonde a diversificação do trabalho surgiu como uma alternativa das famílias rurais. Consequentemente, a pluriatividade pode representar uma das formas para promover a sustentação das famílias rurais, com a combinação de duas ou mais atividades, sendo que uma delas seja a agricultura. Dessa maneira, a pluriatividade poderá ser uma saída para a família residente em áreas rurais não apenas para a ampliação da renda, como também, para algo que é destacado em Mendes (2014), no qual ele aponta que a importância da pluriatividade para a unidade familiar é determinada por diferentes variáveis;

O princípio básico para demonstrar o significado da pluriatividade está relacionado à conquista da confiança, autoestima e da dignidade dos agricultores familiares, (re) conquistada a partir de atividades que promovem a inserção profissional e social dos agricultores familiares. (MENDES, 2014, p.193).

Com isso, as famílias rurais recorrem às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, como também, no caso das famílias pobres, a pluriatividade tem servido como uma ponte para a passagem de uma atividade a outra, e até a

saída da situação de pobreza. A partir da discussão sobre a relação/rural urbano, fica evidente a importância de se analisar os aspectos da agricultura familiar em área de transição rural/urbano, aonde a mesma irá apresentar as chamadas novas ruralidades tanto nos tipos de atividades desenvolvidas (antes encontradas apenas nas áreas urbanas), tanto na sua morfologia. É nessa perspectiva que Nascimento, J. & Mendes (2016)a, quando analisam o Agreste de Itabaiana, ressaltam a construção de um auto posto a cerca de 10 Km da BR 235, fator que pode acabar refletindo o surgimento de novas atividades no meio rural, melhorias nas condições de vida (através da motorização de algumas atividades dos agricultores familiares).



Figura 01- Construção de auto posto de combustíveis no meio rural sergipano.
Fonte: Nascimento, J. & Mendes (2016)a.

Por isso, com base em Graziano da Silva (1997), é possível afirmar que, as políticas de desenvolvimento rural continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). E assim, não se tem levado em conta o fato de que o meio rural tem necessidades novas, típicas de uma sociedade pós-industrial, como por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais ou de serviços e de moradia, áreas de preservação ambiental, etc.

Nascimento, J. & Mendes (2016)a, também ressaltam a falta de capacidade ou recursos, para agregar valor ao que é produzido ou até mesmo utilizar o que é colhido como matéria prima para a produção de outras mercadorias, daí a surgir a importância do Estado, que de forma meio que indireta (segundo os autores) acaba sendo citado pelos agricultores. Já que o Estado poderia atuar orientando estes agricultores de como utilizar o que é produzido, e até mesmo

estruturando financeiramente esse grupo de agricultores. Sendo assim, torna-se importante destacar que o Estado vem a se consolidar como um importante agente no processo de desenvolvimento da agricultura familiar não só no município de Itabaiana, mas também na microrregião, onde o mesmo poderá atuar na estruturação do setor, elaborando políticas que possam atender as necessidades e melhorar as condições de reprodução das unidades familiares.

A partir de Nascimento J. & Mendes (2015), é percebido que há uma grande concentração de domicílios rurais no Nordeste com rendimentos inferiores a três salários mínimos, apontando para a necessidade de se repensar as políticas públicas para o meio rural, assim como, ações capazes de gerar renda para esses agricultores familiares, ao tempo que, o baixo nível de instrução presente nas unidades familiares tem como consequência a concentração de unidades familiares envolvidas em atividades mal remuneradas.

Segundo Nascimento, J. & Mendes (2015) verificou-se melhorias nos índices relacionados à renda e a educação no Nordeste e em Sergipe, e no caso do Agreste de Itabaiana, isso pode ser associado à interiorização dos investimentos do Estado, fato que acaba alterando a dinâmica sócio espacial de todos os setores inseridos nesse contexto espacial, como exemplo pode-se destacar a expansão das instituições de Ensino Federal (UFS e IFS), fator que pode ser considerado como determinante para a melhoria dos índices de educação, não apenas do município de Itabaiana, mas também dos municípios que compõem a microrregião, como é evidenciado nos dados do estudo de Nascimento, J. & Mendes (2015), quando destacam a importância dessas instituições no Agreste de Itabaiana. Cabe ressaltar que os impactos gerados pela melhoria dos índices educacionais ocorridos nas últimas décadas, vão além de questões relacionadas a renda, sendo que a partir do momento em que um dos membros da unidade familiar tem acesso à educação e dá continuidade aos estudos, o mesmo consegue visualizar maiores opções e direitos para o seu contexto social.

Os desafios da juventude rural sergipana

Neste ponto serão destacadas algumas transformações que passaram a ocorrer a partir do final do século XX na agricultura brasileira, onde se torna necessária uma nova forma de se olhar para o meio rural, já que essas mudanças acabam possibilitando aos agricultores familiares novas alternativas de vida e ao mesmo tempo, priva grande parte do acesso às liberdades substanciais, sendo a pobreza rural um dos principais fatores que determinam essas privações. A tabela a seguir chama a atenção para o número de estabelecimentos rurais ligados a agricultura familiar e não familiar, relacionando com a área representada pelos mesmos, sendo

importante destacar, com base em Nascimento, J. & Mendes (2016) a, que embora a agricultura familiar sergipana possua grande subdivisão dos lotes com poucas áreas de terras dedicadas a agricultura familiar, a mesma, corresponde a uma importante participação na produção dos alimentos.

TABELA 01 Estabelecimentos agropecuários dedicados à agricultura familiar e não familiar em Sergipe - 2006.

	Agricultura familiar		Agricultura não Familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)
Sergipe	93.212	803.973	7.395	678.464
	92,65%	54,23%	7,35%	45,77%

FONTE: Censo Agropecuário, 2006, Setembro, 2016.

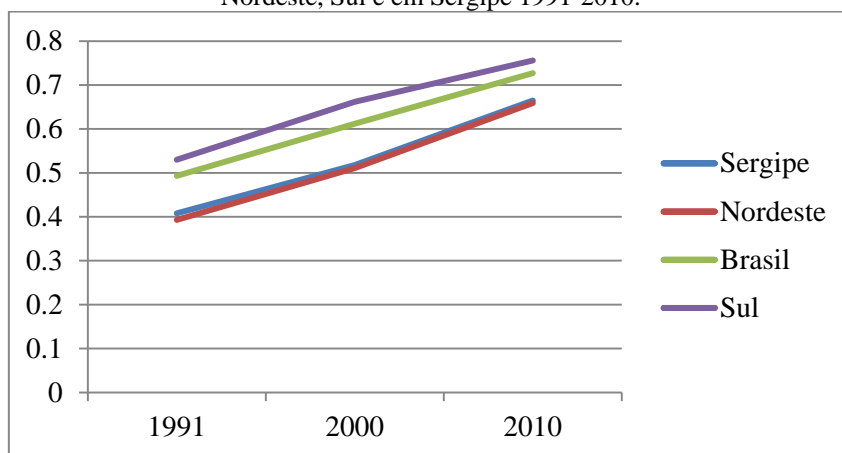
Um dos modos de vida que se consolida no Brasil rural a partir do final do século XX é a pluriatividade, a qual representa uma das formas para promover a sustentação das famílias rurais, com a combinação de duas ou mais atividades, sendo que uma delas seja a agricultura, sendo o jovem rural o principal ator social envolvido nesse fenômeno, já que o mesmo poderá ser capaz de ser o direcionador do futuro socioeconômico da unidade familiar. Dessa forma a pluriatividade irá ser uma saída para a família residente em áreas rurais para a ampliação da renda, já que as atividades agrícolas, não possuem por si só a capacidade de suprir as necessidades das famílias ao longo de um ano.

Nessa perspectiva, torna-se relevante ressaltar o caso da juventude rural como uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de repensar em um desenvolvimento pensado em longo prazo, já que os índices socioeconômicos, tanto do Nordeste quanto de Sergipe, são preocupantes, mesmo com os avanços observados nas últimas décadas. Diante disso, verifica-se a existência de uma parcela da população rural do estado de Sergipe que continua sendo privada de ter acesso a elementos substanciais para a vida dos agricultores familiares, aonde a partir das entrevistas com esses agricultores, observou que os mesmos tendem a apresentar maior dependência em relação às atividades agrícolas, além do que pode ser caracterizado como um modo de vida tradicional, já que a maioria desses agricultores dedica-se a “vender o dia”, trabalhando em propriedades de terceiros.

Pode-se destacar ainda algo que é apresentado no estudo feito por Nascimento, C. (2005), aonde o autor destaca que as atividades não agrícolas na região Nordeste tendem a se concentrarem em setores que atribuem baixa remuneração. Isso também foi contatado por Nascimento, J. & Mendes (2016)b, em diálogos com alguns agricultores que relatam que já

tentaram abandonar o trabalho com as atividades agrícolas, e dessa maneira, tentaram trabalhar em áreas urbanas, mas devido ao baixo índice de escolaridade do agricultor o emprego que era encontrado acabava sendo ainda mais cansativo e mal remunerado do que o encontrado na agricultura, devido ao baixo grau de escolaridade do indivíduo. Portanto, segundo um dos entrevistados, “ele acabou voltando para a zona rural, devido ao custo de vida na cidade ser muito mais elevado, e ter apenas encontrado serviço como ajudante de pedreiro ou carroceiro” (A.J.S, Junho, 2015 apud NASCIMENTO, J. & MENDES 2016b, p. 07).

Gráfico 01 Evolução do Índice de desenvolvimento Humano médio no Brasil, Nordeste, Sul e em Sergipe 1991-2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.
 Organizado pelo autor, Agosto, 2017.

Com base nisso, pode-se ressaltar o pensamento de Sen (2010), Já que, “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.” (p. 23). Ou seja, quando o agricultor necessita vender sua mão de obra por qualquer preço, ou migrar de maneira desordenada em busca de melhoras de vida e está sendo privado do processo de desenvolvimento substancial, e acaba se submetendo a condições de vida miseráveis. Diante disso, a partir do gráfico 05 é possível fazer relação com o pensamento de Sen (2010), já que o índice de desenvolvimento humano aponta para a disparidade social e econômica presentes nas regiões do Brasil, nessa perspectiva mesmo com os avanços verificados nas últimas décadas, pode-se afirmar que a agricultura familiar em Sergipe e no Nordeste acaba sendo privada da maioria das condições que caracterizam o desenvolvimento rural.

A partir do que é ressaltado em Piketty (2014), o fato de ao longo da história a taxa de rendimento do capital sempre ter se mantido “dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda (...) isso permite que uma determinada classe de proprietários se dedique

a algo além da própria subsistência” (p.345). É nessa perspectiva, que é possível, a partir da própria lógica de reprodução do capital no século XXI, afirmar que a agricultura familiar, mesmo em áreas pobres, pode representar muito mais do que apenas a dedicação a atividades agrícolas, assim como a utilização do meio rural pode ser fornecer mais do que a subsistência desses agricultores familiares, sendo o Estado o principal fator para a expansão das liberdades em domicílios pobres.

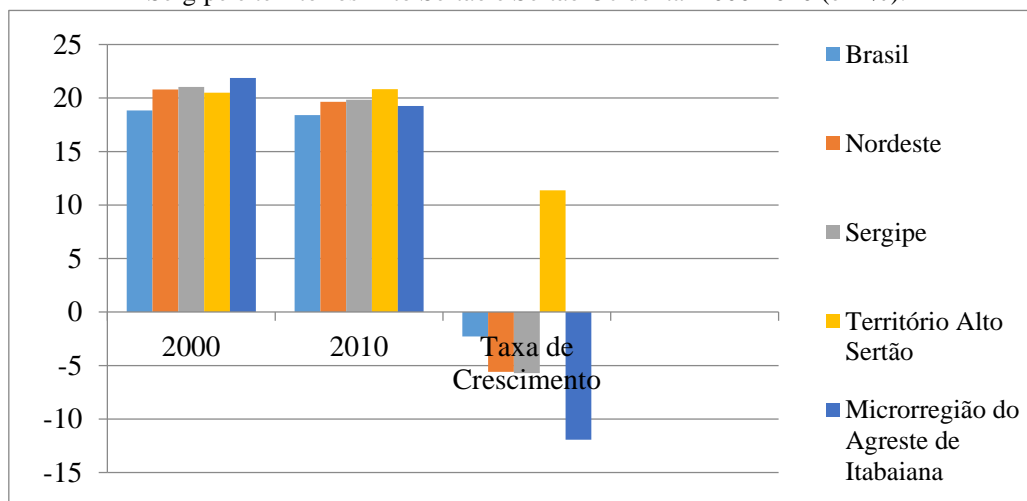
Sendo assim, pode-se afirmar que o sistema capitalista não se autodestrói, sendo necessário buscar estratégias de inserir a famílias pobres, principalmente do Nordeste, no contexto socioeconômico, através de políticas públicas voltadas para a juventude rural e a educação, e com base em Piketty (2014) e Sen (2010), para que ocorra a diminuição das desigualdades é necessária que a sociedade se torne cada vez menos estática, assim como mais justa e mais meritocrática, com isso o Estado é um importante regulador no crescimento do capitalismo, já que do ponto de vista econômico o sistema pode continuar pra sempre, e assim as políticas públicas de educação, sociais, trabalhistas e fiscais, possibilitam a inserção de mais pessoas nas tendências do sistema e atingir mobilidades.

No caso da juventude rural como uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, é relevante pensar em desenvolvimento à longo prazo, já que os índices tanto do Nordeste quanto de Sergipe, são preocupantes, mesmo com os avanços pontuais observados nas últimas décadas. Diante disso, verifica-se a existência de uma parcela da população rural jovem de Sergipe que continua sendo privada de ter acesso a elementos substanciais para a vida dos agricultores familiares, aonde a partir das entrevistas com esses agricultores, observou que os mesmos tendem a apresentar maior dependência em relação às atividades agrícolas, além do que pode ser caracterizado como um modo de vida tradicional, já que a maioria desses agricultores dedica-se a “vender o dia”, trabalhando em propriedades de terceiros.

O gráfico 02 representa a evolução das populações rurais jovens nos recortes espaciais destacados neste estudo, demonstrando que, a taxa de diminuição dessa parcela da população no Nordeste e no estado de Sergipe se consolidou no período analisado em torno de -6%, mais do que, o dobro da média nacional que é de aproximadamente -2%, já o caso do Agreste de Itabaiana é ainda mais preocupante, já que se apresenta com o dobro índice de diminuição de Sergipe e do Nordeste correspondendo a -12%, com isso ressalta-se como um dos elementos determinantes para esse fator, a saída do jovem das áreas rurais por falta de elementos que fortalecem o desenvolvimento e os objetivos dessa parcela da população, a qual por ser privada de algumas oportunidades acabam saindo das áreas rurais em busca de melhores condições de

vida. Cabe destacar ainda, o caso do território do Alto Sertão, o qual dentre os recortes analisados, foi o único que apresentou-se com evolução positiva da população rural jovem, no período analisado, aonde pode-se verificar maiores oportunidades para essa parcela da população, fruto de integração entre políticas públicas (a política territorial) e agricultura familiar mais organizada em relação ao restante do estado de Sergipe.

Gráfico 02 Evolução e taxa comparativa da população rural jovem (idade de 15- 24 anos) no Brasil, Nordeste, Sergipe e territórios Alto Sertão e Sertão Ocidental 2000-2010 (em %).



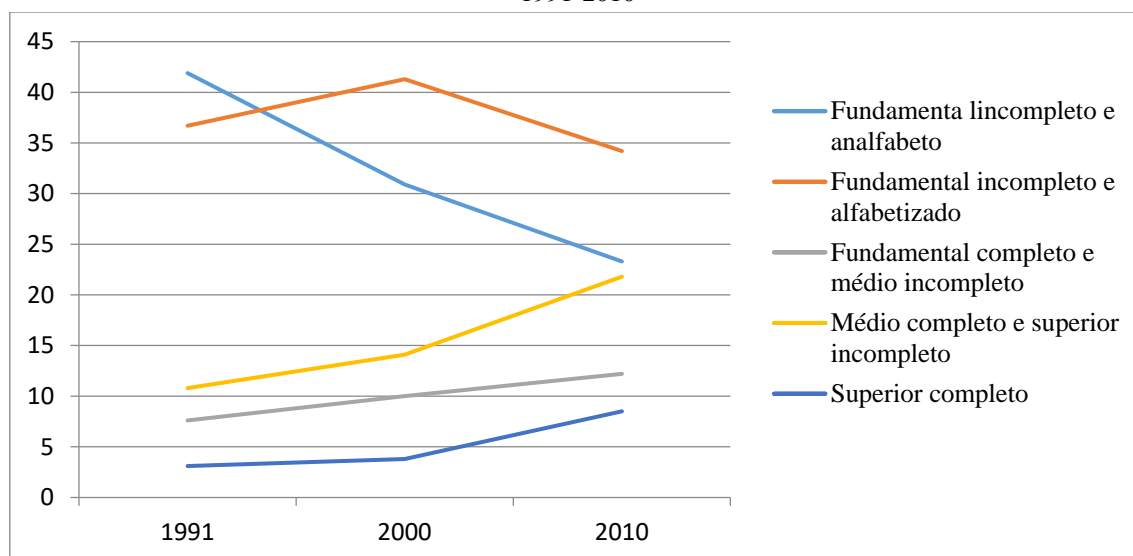
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

Com base em Mendes (2014), as políticas agrícolas brasileiras exercem importância no processo de ordenamento e produção do espaço rural, mas, no entanto, é necessário ampliar o debate, haja vista que são produzidas para atender uma fração de agricultores brasileiros, não reconhecendo a complexidade e multifuncionalidade do agricultor que desenvolve várias funções dentro do novo modo de produção agrícola familiar, no qual exerce atividade dentro e fora da unidade de produção familiar.

Como exemplo de políticas públicas voltadas para os jovens agricultores, o governo federal disponibiliza uma linha de crédito específica, PRONAF JOVEM, e que, ainda, é pouco acessada por motivos de requisitos profissionalizantes e até mesmo acesso a essa informação. Segundo a SAF/MDA (Secretaria da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário) os jovens agricultores, para acessar a linha de crédito perante os agentes financeiros, devem ter concluído ou está cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ter participado de curso ou estágio de formação profissional e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O gráfico 03 representa os baixos índices de escolaridades (sendo importante levar em consideração as melhorias ocorridas nas últimas décadas), que podem ser associados às atividades de baixa remuneração das áreas em questão, o que acaba refletindo nos tipos de atividades não agrícolas realizadas por estes agricultores, e conseqüentemente, concentrando estas atividades em setores como ajudante de pedreiro, carroceiro e faxineira. Com isso, é possível destacar a importância da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nestas unidades familiares, mas é importante ressaltar que as atividades não agrícolas tendem a se concentrar, cada vez mais, em setores que atribuem baixa remuneração a estes agricultores. Dessa maneira, surgiu à importância do Estado em formular políticas públicas voltadas para a fixação desse jovem no meio rural, com o investimento em áreas voltadas ao desenvolvimento do setor, como a criação de colégios agrícolas e cursos de capacitação para a população rural, fazendo com que essa população possa se inserir cada vez mais no ciclo dos mercados e gerenciar as atividades agrícolas de forma profissionalizada.

Gráfico 03 evolução do percentual de escolaridade da população rural jovem (Idade 15-29 anos) em Sergipe 1991-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro, 2016.

Vale ressaltar a relevância do ensino voltado para a realidade dos agricultores, já que, a partir disso, os mesmos poderão organizar os rendimentos do domicílio familiar, em que foi possível verificar a falta de habilidade desses agricultores em organizar os ganhos nas unidades familiares, mesmo observando-se que os agricultores que diversificam os rendimentos apresentam melhores condições de vida, mas não conseguem apresentar, por exemplo, a atividade que é responsável pela maior parte dos ganhos das unidades familiares.

Sendo assim, ao se comparar elementos que envolvem as condições de vida dos agricultores familiares das regiões Sul e Nordeste do Brasil, podemos verificar que, a pluriatividade no caso do Nordeste e de Sergipe, possui outro significado para as unidades familiares, que recorrem à diversificação do trabalho como uma estratégia de prover o sustento da unidade familiar, algo que é identificado por Nascimento, J. & Mendes (2015), embora, analise um pequeno recorte espacial, como o Agreste de Itabaiana, é identificado que, esses agricultores não apresentam organização, seja ela dos ganhos ou da própria forma de se organizarem em associações, cooperativas ou recorrer à assistência técnica. Por outro lado, embora, esses agricultores não apresentem racionalidade econômica, não deixam de se enquadrarem no que é apontado por Abramovay (1990), já que, compram insumos e vendem sua produção. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância dos jovens para o meio rural, já que, havendo a integração dessa parcela de agricultores com o Estado, o fornecimento de condições e elementos, que possibilitem a permanência no campo, poderá ser levantado à hipótese, da ampliação da produção e a integração de forma racional desses agricultores na lógica dos mercados, em um espaço de tempo médio e/ou de longo prazo.

No entanto, no Nordeste especificamente, as barreiras do presente precisam ser superadas, já que, as tendências apontadas por Nascimento, C.(2005), como a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas, decorrentes do que é destacado por Cardoso (2013), pois, para a autora, é a alta parcela da população com baixo nível de instrução, que acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, assim como, a permanência do jovem, que se depara em um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de maiores oportunidades.

Considerações Finais

A partir do que é discutido neste trabalho, é possível ressaltar a importância da elaboração de políticas públicas, as quais consigam atender as demandas para os jovens agricultores, fazendo com que os mesmos, possam continuar residindo no meio rural, ou até mesmo, retornem trazendo novas experiências para a dinamização econômica da unidade familiar, como ocorre em outras regiões do país, sobretudo, na região Sul do Brasil, a qual destaca se pelo grau de modernização e especialização dos agricultores familiares, e, conseqüentemente, pode-se tomar a mesma como referência pensando em desenvolvimento à longo prazo, desde que, sejam encontradas medidas para o fortalecimento da juventude rural nordestina.

Dessa maneira, a participação dos agricultores familiares, e principalmente da Juventude Rural, constitui-se como um dos elementos fundamentais para o direcionamento dos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar, sendo que, o meio rural sergipano não pode ser caracterizado apenas como atrasado ou insustentável, já que foi possível observar grande diversidade na forma de se organizar dos agricultores familiares deste espaço geográfico. É por essa diversidade que se torna relevante discutir de forma profissional e racional a aplicabilidade destes investimentos e estratégias para assegurar as necessidades e os desejos dos jovens agricultores.

Diante disso, ressalta-se a importância da geografia para a compreensão das relações que produzem o espaço de maneira (i) racional e desigual, valendo ressaltar que, diante das armadilhas criadas pelo sistema capitalista, o Estado social pode ser considerado, dentro das regras que regem a sociedade, o agente que poderá minimizar os contrastes sociais. Cabe destacar ainda, que um país não consegue se desenvolver se o mesmo não investe na educação, tecnologia e no social, por outro lado, não existe possibilidade do Estado investir no desenvolvimento da população, caso não haja crescimento econômico, tendo em vista que o mesmo necessita de recursos para proporcionar o desenvolvimento social e econômico dos mais pobres e/ou marginalizados. A melhoria dos índices estatísticos, por si só, pode não representar o desenvolvimento de determinada sociedade, já que em alguns momentos, o crescimento econômico vai na contramão do desenvolvimento social.

Nesse cenário, os desafios e perspectivas para os estudos da relação rural/urbano na atualidade concentram-se em analisar as controvérsias do avanço do capital em direção as áreas rurais, e, diante das desigualdades, mostrar quem ganha e quem perde nas relações da sociedade capitalista. Sendo que, no caso do Brasil é possível afirmar que nas últimas décadas ocorreu a redução da pobreza, fruto de políticas sociais, mas também aconteceu o aumento das desigualdades, sendo consequência da concentração de renda.

Cabe ressaltar, que a nova geração de agricultores tem maior conexão entre o rural e o urbano, assim como o urbano é um espaço fundamental para o rural (acesso aos mercados, melhoramento científico e ampliação do mercado de trabalho), por isso não é possível pensar em desenvolvimento rural sem que haja uma política de desenvolvimento territorial eficaz e que possua por natureza o intuito de desenvolvimento intersetorial.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: os paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: UNICAMP/IE (1990). (Tese de Doutorado).
- CARDOSO, Jucyene das Graças. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias de desafios**. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013. (tese de doutorado).
- CARVALHO, D. M. de, COSTA, J. E. da. **Cadeia Produtiva das Hortaliças em Itabaiana/Se: O Caso da Produção e da Comercialização nas Áreas Irrigadas**. In: Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- GARCIA, Junior Ruiz. **Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso**. In: O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/ Antonio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014. P. 561-589.
- GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997. p. 43-81.
- LOPES, Eliano Sérgio A. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe**. In: Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.
- MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto. 9ª edição/2010.
- MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 200. 261p.
- NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 2005. (Tese de Doutorado).
- NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. **Dinâmica da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana**. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 579-592.
- NASCIMENTO, J. E. B. MENDES, M. A. **A diversificação do trabalho como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar no Agreste de Itabaiana**. In: 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016, Maceió. Anais do 54º Congresso da SOBER. Maceió, 2016a. v. 01. p. 1-20.
- NASCIMENTO, J. E. B. MENDES, M. A. **Os desafios da Juventude Rural do Agreste de Itabaiana**. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luis. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luis: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016b. v. 01. p. 1-10.
- SCHNEIDER, Sérgio. **As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Publicado em Cuadernos de Desarrollo Rural. v. 1 n 44, Bogotá – Colômbia, 2000, p. 11-40.

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Revista Política Agrícola, Ano XVI, nº 3, Jul./Set./ 2007.

Dados coletados em:

<http://www.mda.gov.br/> acessado em 05/06/2017

<http://www.incra.gov.br/> acessado em 05/06/2017

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Caprilinos_e_ovinos/22_reunia_o/Lei_de_Ater.pdf acessado em 10/07/2017

<http://sit.mda.gov.br/mapa.php/> acessado em 10/07/2017

<http://www.cidades.ibge.gov.br/> acessado em 05/07/2017.